



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

TERCEIRO SETOR E ESTADO MÍNIMO: BREVE ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, NO CONTEXTO NEOLIBERAL.

Aldení Gomes de Araújo Júnior¹
Nadir Mayara de Medeiros Figueiredo²

Resumo: O Presente estudo traz uma análise acerca da instituição Cáritas Diocesana de Caicó e o fortalecimento do Terceiro Setor no Estado Neoliberal através das desigualdades existentes no Sistema Capitalista e o seu antagonismo das classes, como, também, a importância da Instituição na cidade de Caicó/RN e região.

Palavras-Chave: Terceiro Setor; Capitalismo; Neoliberalismo, Cáritas; Estado.

Abstract: This study brings an analysis about the institution Caritas Diocese of Caicó and the strengthening of the third sector in the Neoliberal State, through the existing inequality in the Capitalist System and the antagonism of your classes. As, also, the importance of the institution in the city of Caicó/RN and region..

Keywords: Third Sector; Capitalism; Neoliberalism, Caritas; State.

INTRODUÇÃO

Para atendermos ao objetivo de expor a urgência e as implicações do terceiro setor para a sociedade civil, bem como a relevância da instituição Cáritas Diocesana de Caicó para o desenvolvimento comunitário do Seridó potiguar, é necessário definirmos o conceito de capitalismo e o seu efeito generalizado sobre as relações sociais e culturais de um povo. Sendo assim, primeiramente compreenderemos este sistema sócio econômico, analisando o modo de produção que o norteia, com suas tecnologias produtivas e métodos de relações sociais de trabalho.

No modelo capitalista de produção, o conjunto das forças produtivas se dá a partir de uma lógica de alta exploração de mão de obra humana e de recursos naturais, uma vez que as técnicas de organização da força de trabalho são guiadas por estratégias abusivas que intencionam extrair o máximo da mais valia possível, para obtenção do acúmulo de capital (meta primordial do referido sistema). Dessa forma, de acordo com o economista Hunt (2013), o capitalismo se caracteriza sobre quatro aspectos básicos.

O primeiro são os métodos de produção, venda e consumo da mercadoria, que são mediados por critérios de valor de uso e valor de troca, no mercado. A linha de produção é arquitetada para que possa haver uma fabricação contínua e em massa, a partir da divisão do trabalho, utilizando-se de um método organizativo que provoca a alienação do mesmo.

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha. E-mail: <aldgomes.araujo@gmail.com>.

² Estudante de Graduação. Faculdade Católica Santa Teresinha.

A segunda característica citada por Hunt é a da propriedade privada dos meios de produção, na qual a sociedade é obrigada a ceder sua riqueza a uma pequena parte da população, que irá apenas comandar os meios de produção e apropriar-se do excedente produzido.

A terceira característica está na necessidade de haver uma grande massa de trabalhadores assalariados, para que possa criar um senso de competição e manipulação das condições de trabalho, garantindo aos capitalistas o controle da exploração da mais-valia e apropriação do capital excedente.

A quarta e última característica proposta por Hunt é a de que, para o bom funcionamento do sistema capitalista, é necessário haver uma influência ideológica socialmente construída para condicionar a população a comportamentos individualistas e materialistas.

ANTAGONISMO DAS CLASSES

Temos, socialmente, o trabalho como o fator primordial na geração de lucro, uma vez que não basta somente que os proprietários dos meios de produção tenham acesso aos recursos da natureza, pois sem a mão de obra, a matéria prima não é transformada. Logo, buscaremos abordar a relação entre os papéis da classe trabalhadora e da burguesia, no contexto do sistema capitalista.

Por proletariado, entendemos a classe trabalhadora que, sem meios de produção e por necessidade de sobrevivência, vende (barato) a única riqueza que dispõe: a sua força de trabalho. Já os capitalistas são aqueles que detêm os meios de produção e são empregadores do trabalho assalariado. O sistema capitalista requer a existência das classes antagônicas, proletariado x burguesia, e a exploração da primeira pela segunda. De modo que uma trabalha e a outra acumula.

Sendo assim, é necessário entendermos que a base do sistema capitalista, a característica que o norteia é a exploração cada vez maior do trabalho humano, impondo jornadas exaustivas e mínima distribuição de renda. Essa peculiaridade configura e legitima o interesse do capital. Para sobreviverem nesta sociedade é necessário que os sujeitos tenham como as condições básicas para continuar a vender a sua força de trabalho. Força esta criadora e transformadora da natureza. Para isso, o sistema preocupa-se em elaborar políticas sociais que realizam a manutenção mínima de saúde, alimentação, moradia, educação etc., da classe trabalhadora, unicamente para estabilizar a força da mão de obra geradora de capital.

Pensar na classe trabalhadora hoje, porém, exige ir e além do proletariado e operariado, ou trabalhador fabril. O trabalhador [...] pode ser 'produtivo' (participa na

elaboração de mais-valia) ou 'improdutivo' (sem produzir mais-valia). Pode participar da indústria, do comércio ou da empresa financeira (estes últimos, embora não produzam mais-valia, desenvolvendo trabalho não pago, e participando na valorização do capital, mediante a apropriação da mais-valia já produzida). A classe envolve trabalhadores de setores administrativos e de serviços no setor industrial. Podem apresentar uma força de trabalho desqualificada ou altamente qualificada (CARLOS MONTANÕ, MARIA LÚCIA DURIGUETTO, 2011, p. 94).

Com o desenvolvimento e industrialização das forças produtivas, ocorre a abundância de recursos e alimentos, superior às necessidades da população. Porém, enquanto a riqueza é gerada em escala substancial, a apropriação da mercadoria coletivamente produzida é garantida pelos mecanismos do sistema. Dessa forma, ao passo que é produzida riqueza, proporcionalmente se desenvolve a pobreza. E "O trabalhador coloca a sua alma, a sua identidade e intelecto no produto e este é assim apropriado pela burguesia" Marx (2004).

Tal apropriação legitima as condições capitalistas, em que o trabalhador, que participa de todo o processo de criação do produto, produzindo exaustivamente em condições de trabalho degradantes, é privado do direito de usufruir do fruto de seu trabalho. Essa situação caracteriza a alienação e fetichização do trabalho no sistema capitalista, que se sustenta através da manipulação ideológica das massas através da mídia; levando a população a naturalizar as condições de desigualdade e exploração nas quais estão inseridas.

Portanto, o trabalhador adentra nesta esfera de desigualdade eminente e norteadora da base capitalista, necessitando do trabalho para sobreviver nesta sociedade, ele se coloca, assim, em uma condição não mais de um sujeito à parte, uma pessoa detentora de conhecimento, vida, intelecto, subjetividade e características que possam expressar a sua condição enquanto pessoa. Pois a classe trabalhadora é transformada em mercadoria tal qual aquela que ela mesma produz, pois o pagamento de salários remete à compra e venda de produtos, seguindo os interesses do grande capital. Assim confirma Marx:

O trabalhador abaixa à condição de mercadoria [...] e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio. (MARX, 2004, p. 79).

É necessário ao capital que todas as características de subjetividade dos sujeitos trabalhadores sejam reprimidas e descartadas, pois não seria interessante que a classe trabalhadora dispusesse de pensamento crítico, intelectualidade, autonomia ou acúmulo de riquezas, uma vez que, na premissa do sistema, a relação de dependência entre as classes caracteriza a exploração do processo de apropriação do trabalho e geração de lucro.

O trabalhador adentra, então, no processo de coisificação do sujeito, em que ele não é mais alguém detentor de características próprias, mas também um produto do capital que pode ser apropriado, vendido e descartado a qualquer momento quando não mais atende ao interesse maior do lucro.

Mesmo com as novas formas de trabalho e a modernização do maquinário, este advento do trabalho morto não substitui a necessidade do trabalho vivo, como fator primordial das atividades laborativas. Como o capitalismo não consegue eliminar por completo a participação da classe trabalhadora no trabalho, ele cria, assim, novas formas de exploração da mão-de-obra, desde a precarização do trabalho, a terceirização das atividades e as mais diversas formas de sucateamento sofrido pela classe trabalhadora.

Portanto, entendemos que a classe trabalhadora foi subjugada como sujeitos descartáveis e menos valiosos que os produtos por eles criados. Descartáveis, pois o número de trabalhadoras e trabalhadores a procura de emprego (o chamado exército industrial de reserva) é bem maior do que o número de vagas e locais de trabalho existentes. Esta conjuntura se impõe, devido à necessidade do sistema capitalista de manter o controle do operariado, a partir da flexibilização das condições de trabalho, em razão da larga concorrência de mão de obra e ameaças de desemprego.

NEOLIBERALISMO: A AUSÊNCIA DO ESTADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Estado tem como dever garantir serviços de saúde, educação, moradia, desenvolver a dignidade humana, segurança, o direito ao trabalho, entre outros, como forma de desenvolvimento da sociedade e proteção de todas as pessoas. Para atender a tais demandas populacionais, é garantido de forma gratuita boa parte destes serviços, como visto pela criação do SUS (Sistema Único de Saúde), educação pública gratuita do ensino básico e as universidades acadêmicas. Serviços de caráter público por se tratar de retorno dos impostos da população e gerenciado pelo Estado.

O neoliberalismo tem em sua gênese a figura do Estado Mínimo, onde a participação do governo se torna cada vez menor nos espaços antes tidos como primordiais e básicos, para promover uma total liberdade de comércio. A sua ausência é porta de entrada para as grandes empresas e instituições não governamentais atuarem, no cenário em que a responsabilidade do Estado é transferida para tais segmentos, através da precarização dos serviços públicos e a privatização de empresas estatais.

A sociedade civil também participa deste processo, através do fortalecimento da filantropia, onde o Estado apela para a demanda populacional de forma a fazer parte do financiamento das ONGs e afins. Sendo assim, o Estado manifesta a sua figura cada vez mais ausente. “A opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à

solidariedade da sociedade civil e por programas [...] seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado” (YAZBEK, 2009, p. 15).

O bem-estar social deixa de ser de total obrigação do Estado, assim sendo, “pertence ao foro privado dos indivíduos, família e comunidade. A intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais é pouco recomendada, transferindo ao mercado, [...] como alternativas aos direitos sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 03).

A filantropia substitui o direito social. Os pobres substituem os cidadãos. A ajuda individual substitui a solidariedade coletiva. O emergencial e o provisório substituem o permanente. As microssituações substituem as políticas públicas. O local substitui o regional e o nacional. É o reinado do minimalismo do social para enfrentar a globalização da economia. Globalização só para o grande capital. Do trabalho e da pobreza cada um cuida do seu como puder. De preferência, um Estado forte para sustentar o sistema financeiro e falido para cuidar do social (SOARES, 2003:12).

Na condição de privatização, torna-se ainda mais inviável para a sociedade civil reivindicar por melhores condições de assistências e garantir seus direitos sociais, pois, não se tratando da máquina pública, fica a critério do terceiro setor impor seus limites de atendimento, uma vez que não tem o dever legal de corresponder às demandas sociais.

Em suma, o contexto de filantropia social exclui o Estado de ser o responsável pela garantia do bem-estar da população e, conseqüentemente, metamorfoseia as diversas expressões da questão social em pontos paliativos a serem trabalhados e “combatidos”, através de uma lógica descentralizada e apoiada no voluntarismo e na benevolência social.

QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Tendo em vista a ordem política econômica que se reproduz a sociedade capitalista neoliberal, cujos princípios estão firmados sobre a geração simultânea de riqueza seletiva e pobreza generalizada, podemos analisar claramente as conseqüências sociais refletidas sobre a classe trabalhadora, que partem da pauperização socialmente construída e dela se ramificam em diversas expressões da questão social.

Devemos salientar que a gênese e a reprodução da pobreza e seus agravantes estão associadas aos resultados dos métodos estabelecidos pelo capitalismo para tratar das relações sociais de produção e exploração do trabalho, uma vez que o capital, além de não promover distribuição de renda, ainda negligencia políticas sociais indispensáveis para a manutenção da vida.

Por esta razão, emerge na sociedade diversos sintomas de desigualdade social, que se expressam na precarização da vida social, nas formas de: violência, tráfico de drogas, vícios, prostituição, criminalidade, trabalho infantil, fome, analfabetismo, doenças infecciosas, doenças neurológicas ou psicológicas, entre outras conseqüências da negação dos direitos da população marginalizada.

Dentro do ciclo de exploração e opressão social que assombra a classe trabalhadora ao longo de gerações, tornou-se insustentável para muitos indivíduos manterem suas condutas dentro da legalidade imposta pelo sistema que lhes roubam os direitos. O indivíduo, privado de condições básicas de vida humana, de sua liberdade, individualidade e muitas vezes do seu direito de trabalhar, opta por deturpar seus princípios, a fim de obter meios de garantir sua sobrevivência a qualquer custo. Meios estes que adentram o ramo da criminalidade. Formam-se, então, variados quadros de calamidades sociais provenientes especificamente do modo de produção capitalista.

Para enfrentar a conseqüente violência produzida, o Estado trata de defender a sociedade e sua propriedade privada, através da coerção policial, além de se ver obrigado a estabelecer outras estratégias para amenizar tais turbulências sociais e apaziguar as massas: através das políticas sociais (paliativas) que, ainda que viabilizem direitos mínimos, não prometem combater a questão social, uma vez que esta é inerente à conjuntura sistemática do modelo capitalista de acumulação de riquezas.

Para tanto, é solicitada a intervenção do assistente social para realizar mediações que atendam às necessidades da classe trabalhadora, em concordância com os interesses do Estado. Logo, o assistente social interage com o seu objeto de intervenção - a questão social - através da articulação da rede de instituições competentes em atender ao cumprimento das políticas sociais para a população fragilizada.

Contudo, o Serviço Social passou por um processo histórico de ruptura com o conservadorismo e, conseqüentemente, com o conformismo de servir cegamente aos interesses do capital. Uma vez que adquiriu consciência de classe e se reconheceu como classe trabalhadora, a categoria de assistentes sociais optou por lutar na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, buscando articular-se, mesmo que dentro de suas limitações, pela conquista da emancipação política da classe trabalhadora.

Além de realizarem acolhimentos e encaminhamentos da população, dando acesso e viabilização de seus direitos, os assistentes sociais possuem a missão de sensibilizar os trabalhadores de maneira a instruí-los sobre seus direitos e deveres (enquanto cidadãos) e estratégias de fortalecimento (enquanto classe), mediante a necessidade de reivindicar por melhores condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, os projetos de intervenção, realizados pelo Serviço Social, que promovem educação social representam fortes aliados do operariado, pois o convida a se organizar, a entender a conjuntura política que o envolve, bem como as variadas maneiras de enfrentar as injustiças sociais (por meio de debates, publicização de problemáticas, reivindicações, revoluções etc). Dessa forma, é possível transformar as demandas sociais

em demandas políticas e construir os alicerces para estruturar uma futura nova ordem societária.

DIVISÃO SETORIAL E SUAS RESPONSABILIDADES

A princípio, temos o Estado enquanto garantidor de direitos e serviços para a sociedade, independente de gênero, raça, crença, orientação sexual, entre outro. O Estado, então, é conhecido como o primeiro setor, representado pelas prefeituras, governos estaduais e federais, ministérios, entre outros órgãos ligados a essas esferas. Sendo assim, o primeiro setor é caracterizado por ser um setor público. Em outras palavras, o Estado aplica o dinheiro público em bens e serviços voltado para toda a sociedade.

Mas, como visto anteriormente, o processo neoliberal abre caminhos para a abertura de outros setores que garantem serviços que o Estado já não supre mais, ocorrendo a transferência de parte da responsabilidade pública sobre a garantia do bem-estar social para os setores privados. Dado que, bem sabemos, os serviços prestados pelo Estado muitas vezes não são acessados por toda a população, restando, assim, para o segundo e terceiro setor “preencherem” esta lacuna deixada pela inaplicabilidade das políticas de ordem pública.

As empresas privadas desenvolvem as suas ações e vendem os seus serviços para a população, se caracterizando, assim, como o segundo setor. Visando o lucro, o mercado articula e financia tais serviços falhos pelo Estado (primeiro setor), de modo a gerar benefício próprio para a empresa e seus associados.

Já o terceiro setor é constituído por Instituições e ONGs sem fins lucrativos, atuando nos serviços omissos pelo primeiro setor. De acordo com Paes (2003), o terceiro setor é constituído como um conjunto de organizações, dotadas de autonomia, que têm por objetivo desempenhar voluntariamente funções que contribuam para o aperfeiçoamento da sociedade.

Podemos observar que o terceiro setor cresce cada vez mais e isso reflete diretamente na falha do Estado em dispor de políticas públicas para toda a população, surgindo, assim, como forma de sancionar as falhas e lacunas deixadas pelo primeiro setor, ao invés de buscar promover o enfrentamento das incompetências do Estado, através de movimentos reivindicatórios.

A omissão do primeiro setor, ou a sua não garantia de direitos e serviços, gera assim, uma figura de Estado falho, no que diz respeito a atendimento da demanda populacional. Resta para o segundo e terceiro setor desenvolverem atividades de caráter paliativo e, por vezes, filantrópico, a fim de sancionar a demanda apresentada.

Segundo YAZBEK (2019), o chamado Terceiro Setor tende a crescer sem clara definição propriamente dita e permanece em sua atuação através do voluntarismo e desenvolvem as suas atividades em grande campo de expressões da questão social.

Portanto, o Terceiro Setor se fortalece no estado neoliberal, onde através da intervenção mínima do Estado, as ONG's tendem a ganhar mais força e espaço, acabando por fazer o trabalho antes associado ao Primeiro Setor e, por esse motivo, podem ser consideradas instituições domesticadas pelo sistema, por contribuírem para a continuidade do conformismo social perante os descasos do Estado Mínimo.

CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ

Fundada em vinte e cinco de fevereiro, do ano de 1950, a Cáritas Diocesana de Caicó tem a sua sede localizada na referida cidade, no bairro Paraíba. Sendo uma instituição civil de direito privado e sem fins lucrativos, a Cáritas Diocesana de Caicó corresponde à delimitação eclesiástica da Diocese de Caicó, podendo atuar, em casos específicos, nas demais regiões do Rio Grande do Norte.

Segundo o Art.2º do Estatuto Social, a Cáritas é uma entidade de Assistência Social que trabalha na defesa dos direitos, da segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é direcionada para pessoas expostas a algum tipo de vulnerabilidade social, a fim de promover a defesa de seus direitos e dignidade, construindo, assim, uma sociedade plural e igualitária. Dessa forma, auxiliam na organização e consolidação de grupos de crianças, jovens, mulheres, idosos e catadores de material reciclável, para proporcionar-lhes uma participação mais consciente no exercício da cidadania.

A Cáritas Diocesana de Caicó conta com parceiros de ordem nacional e internacional, privada e governamental. As instituições apoiadoras, atualmente, são: Misereor Ihr Hilfswerk, Município de Caicó, Paróquias da Diocese de Caicó, Die Sternsinger Kindermissionswerk, Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social (SEMTHAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal de Direitos do Idoso, Fundação Voluntariado Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Fundação Itaú Social e Supermercado São Francisco, Fundo Nacional de Fraternidade (FNS).

As fontes de recursos financeiros que sustentam o trabalho da Cáritas Diocesana de Caicó são de instituições nacionais não governamentais (em especial os bancos), da instituição cristã e filantrópica da Alemanha, chamada Misereor Ihr Hilfswerk e de doações de civis. Por conseguinte, são formuladas prestação de contas e avaliações dos serviços

conferidos para o pleno desenvolvimento dos processos sociais, da cidade de Caicó e região.

A equipe técnica da Cáritas Diocesana de Caicó está composta por Coordenador, Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos, Gestor Ambiental, que atuam, por vezes em conjunto, na articulação de movimentos de mulheres, juventudes, trabalhadores rurais, catadores de material reciclado, entre outras atividades que conta com a participação de tais profissionais. A Cáritas Diocesana de Caicó atende à demanda de sua respectiva cidade, mas não a priva de participar do desenvolvimento de atividades em outras regiões, como é o caso de atender outras cidades que também fazem parte do Seridó, em determinadas situações e demandas acordadas entre os profissionais da instituição.

PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS PELA CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ E SEUS EFEITOS NAS COMUNIDADES DA REGIÃO

De acordo com o Relatório de Impactos de 2016, a gestão da Cáritas Diocesana de Caicó direciona-se sob os seguintes valores:

Defender a vida em todas as suas dimensões, humana e socioambiental; vivenciar a cultura da solidariedade e da ternura; vivenciar a ética nas relações humanas; respeitar e dialogar com os sujeitos na sua diversidade, na pluralidade e nas diferenças de pensamento e cultura; e valorizar a relação entre saberes populares e acadêmicos (CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ, 2016, p. 5).

Para isso, a Cáritas Diocesana de Caicó dividiu-se em oito diferentes linhas de atuação, que são elas:

- a) Organização das Mulheres Para o Enfrentamento da Violência e Efetivação de Direitos. Este projeto visa fortalecer a autonomia, a defesa e a prevenção da violência, uma vez que empodera mulheres, levando a elas cursos e oficinas de aperfeiçoamento, interações educativas, acesso à informação de direitos e participação política. Além de realizar o acolhimento, acompanhamento e condução das vítimas de violência, para órgãos competentes. O projeto contempla cento e cinquenta mulheres de três municípios da região.
- b) Protagonismo Infante-juvenil para o Exercício da Cidadania. Promove ações socioeducativas para cem crianças e adolescentes de quatro comunidades de Caicó (João Paulo II, Nova Caicó, Frei Damião e João XXIII), articulando atividades culturais de formação cidadã, com foco na prevenção ao uso de drogas. São realizadas oficinas de teatro, pintura, música, entre outras dinâmicas, estimulando mudanças na autoestima dos assistidos. O projeto também executa o diagnóstico da referente situação social e familiar das crianças assistidas, através de visitas domiciliares, a fim de dar apoio e, se necessário, encaminhar para a rede de órgãos competentes.

- c) Projeto Juventudes. Busca formar lideranças de jovens seridoenses, criando conselhos municipais de juventudes, para discussão política e defesa dos interesses dos jovens, fortalecendo sua organização e participação no controle social e na luta pelas políticas públicas. Participam do projeto de capacitação, cem jovens de quinze organizações, em quatro municípios do Seridó.
- d) Organização e Inclusão Social e Produtiva dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. A Cáritas Diocesana de Caicó presta assessoria técnica e acompanhamento das organizações de catadores de Caicó (ASCAMARCA) e Parelhas (ASCAMARPA). O intuito de levar aos catadores inclusão social e informação (campanhas de educação socioambiental) alcança um impacto positivo na vida dos mesmos, pois trabalha sua consciência política e autoestima, ao incentivar a participação das associações nos conselhos municipais de políticas públicas, valorizando, com isso, os interesses da categoria. O projeto acompanha trinta famílias de dois municípios atendidos.
- e) Defesa e Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa. A Cáritas Diocesana de Caicó busca formar conselheiros municipais pela defesa dos direitos do idoso, a fim de fortalecer o controle da população sobre a discussão e implementação de políticas públicas nesse contexto. A equipe da Cáritas também acompanha casos de violação de direitos da pessoa idosa, encaminhando-as para órgãos competentes. Duzentos e vinte idosos já foram beneficiados pelo projeto da instituição.
- f) Fortalecimento de Redes, Fóruns, Conselhos e Plataformas Relevantes. Nesse conjunto, a Escola Diocesana de Fé e Política, como um dos cursos de formação de atores sociais e conselheiros municipais, realiza a capacitação de cidadãos para uma maior participação civil na tomada de decisões políticas e na defesa dos direitos sociais. Com participação ativa e qualificada nos conselhos municipais de Assistência Social, Direitos das Mulheres, Desenvolvimento Sustentável e Solidário, Direitos da Criança e do Adolescente.
- g) Integração com as Políticas Públicas de Assistência Social. A Cáritas Diocesana de Caicó realiza suas ações em conformidade com Lei Orgânica de Assistência Social, articulando o atendimento de pessoas em vulnerabilidade social ou com identidades estigmatizadas para que alcancem o desenvolvimento de suas potencialidades, prevenindo situações de risco. Os atendimentos são realizados a partir do apoio da rede de instituições: Centro de Referência da Assistência Social, Ministério Público Estadual, Centro de Referência Especializada da Assistência Social, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, Centro de Regulação (SUS), Secretaria Municipal de Saúde e Centro de Neuroreabilitação.
- h) Fortalecimento Institucional. A instituição realiza reuniões organizativas e de capacitação multidisciplinar da sua equipe técnica, bem como a manutenção e ampliação das parcerias

com órgãos públicos e privados, através de periódicas elaborações de documentos avaliativos e divulgação da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Neoliberalismo o Estado tende a se ausentar de seu dever enquanto garantidor de direitos, abrindo, assim, espaço para o Terceiro Setor desenvolver as suas atividades de forma mais abrangente. Sendo assim, a Cáritas Diocesana de Caicó encontra um grande número de usuários carentes da efetivação das políticas públicas e, toma para a instituição a responsabilidade de desenvolver projetos que possam sanar a demanda populacional apresentada.

A discussão acerca do papel do terceiro setor na sociedade civil tende a ser repleta de polêmicas e contradições, visto que nela se expressam a aliança do Estado com as grandes empresas e a colaboração da sociedade acontece através do mecanismo de arrecadação de doações de civis e investimento do grande capital, como forma do Estado se ausentar do seu papel de garantidor das políticas públicas e as empresas lucrarem ao receberem redução de sua carga de impostos.

Apesar disso, compreendemos que as expressões da questão social refletem situações que pedem pela urgente implementação de políticas, a fim de suprir às necessidades básicas da classe trabalhadora. Nesse sentido, podemos analisar que a Cáritas Diocesana de Caicó realiza os seus objetivos de executar projetos que promovem transformações na vida de seus beneficiários, pois traz para estes uma série de mudanças enriquecedoras e significativas nas vidas dos mais diversos grupos sociais.

No entanto, apontamos na possibilidade de encontrar o terceiro setor um ponto de apoio além da gestão de políticas de minimização de carências; e ver nele uma possível base institucional para a organização popular, que vise, de fato, a emancipação política do operariado. Isso pode ser realizado a partir da mobilização de uma equipe técnica comprometida com a educação social revolucionária e engajada na luta dos movimentos sociais.

Utilizar o espaço do terceiro setor para instruir os trabalhadores a adquirirem uma visão de coletividade, consciência de classe e compreensão dos fatores históricos e políticos que os envolvem, contribui como base para a formação de grupos políticos engajados, capaz de enfrentar o avanço neoliberal através dele mesmo e, com isso, alcançar novos patamares de ordem social, contrárias ao modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e sua Concha**. São Paulo, Boitempo, 2005.

- CÁRITAS DIOCESANA DE CAICÓ. **Relatório de Impactos 2016**: Solidariedade que transforma vidas. Ed. Referência Comunicação. 2016.
- HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. 24. ed. 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo, Edipro, 2015.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.
- PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e Entidades de Interesse Social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.
- NUNES, Andrea. **Terceiro Setor**: controle e fiscalização. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.
- YAZBEK, M. C. **Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social**. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009, v. v. 1, p. 143-163.
- SOARES, L.T. **O Desastre Social**, Rio de Janeiro: Record, 2003.